



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

337
055

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

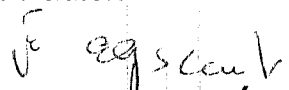
APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - MEDIDA CAUTELAR - SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -- PEDIDOS INCOMPATÍVEIS ENTRE AÇÃO CAUTELAR E AÇÃO ORDINÁRIA. INEXISTÊNCIA - PROTEÇÃO CAUTELAR DEFERIDA Á LUZ DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS - *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA* CONFIGURADOS - MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS. NECESSÁRIA IDENTIFICAÇÃO DE ABUSO PELO EMBARGANTE. 1. Estando a sentença devidamente fundamentada e tendo enfrentado todas as questões relevantes deduzidas pelas partes, não há que se falar em nulidade do julgado. 2. Inexistência de incompatibilidade entre os pedidos formulados na ação cautelar e na ação principal. Manutenção do desconto no fornecimento de GPL à Apelada, a fim de minimizar os prejuízos sofridos pela mesma. 3. Presentes o *fumus boni iuris* (contrato de exclusividade) e o *periculum in mora* (minimização dos prejuízos da Apelada no aguardo do julgamento da ação principal), deve ser mantida a sentença. 4. Necessária a constatação de evidente abuso praticado pelo embargante a fim de caracterizar como protetatórios os embargos de declaração e justificar a multa do parágrafo único, art. 538 do CPC. Hipótese não verificada nos autos. 5. Apelação provida em parte exclusivamente para expurgar da sentença a multa de 1% sobre o valor da causa a título de embargos declaratórios procrastinatórios, mantendo-se no mérito a íntegra da sentença.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: "A Câmara, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

335
056

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pela **Apelante Liquigás Distribuidora S.A.**, contra sentença proferida pelo **Juízo da 16ª vara cível do Recife, Pernambuco, nos autos do processo número 001.2006.030593-3.**

Nos termos da petição inicial do presente recurso, a **Apelada Oliveira Distribuidora de GPL e Derivados Ltda** ajuizou ação cautelar incidental objetivando a concessão de descontos no fornecimento de gás GPL.

O Juízo *a quo* deferiu a medida liminar pleiteada (fls. 43/44), fixando multa diária de R\$ 2.000,00 por descumprimento da decisão.

Apresentada a contestação pela Apelante (fls. 50/60) e réplica pela Apelada (fls. 130/134), foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados na referida ação cautelar (fls. 173/174), com a confirmação da liminar deferida.

Alegando omissão no julgado, a Apelante opôs embargos de declaração (fls. 188/189). Estes foram julgados improvidos pelo Juízo *a quo* (fls. 191/192), com a condenação da Apelante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, por entender terem sido os aclaratórios opostos com intuito manifestamente protelatórios.

A Apelante interpôs então o presente recurso de apelação (fls. 197/205), pleiteando a reforma da sentença, alegando preliminarmente: 1) falta de fundamentação da decisão e 2) inépcia da petição inicial da ação cautelar dada a existência de pedidos incompatíveis.

No mérito a Apelante se insurge contra a sentença sob os seguintes argumentos:

1) ausência de *fumus boni iuris*, 2) ausência de *periculum in mora* e 3)

326
ilegalidade da aplicação da multa de 1% pela oposição de embargos de
declaração protelatórios. OSx

É o Relatório. À revisão.

Recife,

Desembargador Eduardo Sertório
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

337

058

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

Do voto da preliminar de nulidade da sentença por falta de fundamentação:

Não assiste razão à Apelante na preliminar aduzida.

A sentença de fls. 173/174 se encontra devidamente fundamentada, tendo o magistrado exposto as motivações que o levaram a confirmar a decisão liminar antes deferida.

As motivações da sentença foram inclusive reiteradas através da decisão que julgou pela improcedência dos embargos de declaração (fls. 191/192) opostos pela Apelante contra a própria sentença.

Ademais, não está o julgador obrigado a comentar todos os argumentos aduzidos pelas partes, não devendo se confundir fundamentação sucinta com eventual nulidade por falta de fundamentação. Nesse sentido tem se pronunciado esse Tribunal, *verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONVICÇÃO DO ÓRGÃO JUDICIAL. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. OMISSÃO. 1 - O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio.

2 - Não estando a decisão embargada eivada de obscuridade, contradição ou omissão, inexistente ofensa ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil. Embargos improvidos. Decisão unânime" (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 20926-5/01, Relator: Desembargador Luiz Carlos Figueiredo, julgado em 23/10/2007, grifos meus).

Por essas razões, rejeito a preliminar de nulidade da sentença por falta de fundamentação.

É como voto.

Recife, 26.11.05

Eduardo Sertório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

**Voto sobre a preliminar de inépcia da inicial por pedidos incompatíveis
(manutenção do fornecimento de GPL x rescisão do contrato):**

Igualmente, não assiste razão à Apelante.

Sustenta a Apelante Liquigás inépcia da petição inicial, sob a alegação de que a parte Apelada Oliveira Distribuidora teria formulado pedidos incompatíveis na presente medida cautelar e nos autos da ação ordinária 001.2006.025714-9.

Na presente medida cautelar, a Apelada Oliveira requereu a manutenção do desconto no fornecimento do gás GPL até o definitivo julgamento da lide, quando na ação ordinária requereu a rescisão do contrato de fornecimento.

Inicialmente, nos termos do inciso IV, parágrafo único do art. 295 do CPC, é inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.

O mencionado comando legal não se refere a incompatibilidade entre pedidos formulados em ações distintas.

Não há qualquer incompatibilidade entre os pedidos formulados no feito cautelar e àquele formulado no palco da ação principal 001.2006.025714-9.

Como se verifica, no feito cautelar, a Apelada Oliveira Distribuidora pugnou pela manutenção dos descontos no fornecimento do GPL enquanto não fosse julgada a ação principal. Enquanto isso, e ao final da ação ordinária principal, a Apelada requereu a rescisão do contrato e a condenação da Apelante Liquigás ao pagamento de indenização.

Trata-se apenas da cautela requerida ao Judiciário pela parte Apelada, enquanto não fosse julgada a ação principal através da qual se pretendeu a rescisão

contratual, a fim inclusive de minimizar os prejuízos sofridos pela própria Apelada, não havendo incompatibilidade de pedidos.

060

Por essas razões, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

É como voto.

Recife,

22.11.09

V. E. G. C. A. K.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

Do voto de mérito.

Deve ser mantida a sentença guerreada, pois prolatada em consonância com a prova dos autos.

A cautela deferida pelo Juízo *a quo* tomou por base os convincentes argumentos da Apelada, de que a Apelante estaria adotando práticas abusivas referentes ao contrato, com cláusula de exclusividade, de distribuição de GPL.

Nada mais acertado do que concessão dos descontos no fornecimento do produto, enquanto tramitou o complexo feito de conhecimento, ação principal à cautelar, onde se pretendeu a rescisão do contrato.

Evidencia-se com clareza a fumaça do bom direito, com base na existência de contrato de distribuição de GPL firmado entre as partes, contrato esse válido, vigente, com suas estipulações perfeitamente delineadas e gravado com cláusula de exclusividade.

Aliado aos fatos acima narrados, restou demonstrado nos autos que os descontos eram concedidos durante toda a relação contratual, não podendo a Apelante cancelá-los, sem justificativa plausível, em virtude do *venire contra factum proprium*.

Da mesma forma, indubitavelmente demonstrado o perigo da demora sofrido pela Apelada enquanto perdurou a ação principal de rescisão contratual.

Com a manutenção dos descontos no fornecimento do GPL durante o curso da ação principal, onde se objetivou a rescisão do contrato, a parte Apelada, autora da ação cautelar, pôde, ao menos, minimizar seus prejuízos. Pelo menos enquanto a Apelante, mesmo parcialmente, cumpriu a liminar deferida.

348
062
Por todas essas razões, conheço do recurso para negar provimento ao pedido de reforma da sentença de mérito.

É como voto.

Recife, 26.11.09

Ju. 283 Car V



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

349
063

APELAÇÃO CÍVEL NÚMERO: 170552-2.

APELANTE: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

APELADA: OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GPL E DERIVADOS LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

Voto sobre a multa por oposição dos embargos declaratórios:

Não comungo do entendimento do juízo singular ao ter considerado manifestamente protelatórios os embargos declaratórios opostos pela Apelante Liquigás contra a sentença, condenando a então embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, a teor do parágrafo único do art. 538 do CPC.

Num feito envolvendo matéria de certa complexidade, com extenso conjunto probatório e com diversas questões fáticas sendo debatidas pelas partes, natural até que uma das partes venha pleitear o esclarecimento do julgado.

O que não significa que o julgado necessite do alegado esclarecimento, como no caso dos autos, onde a sentença resolveu com acuidade todas as questões relevantes deduzidas pelas partes em juízo.

Mas daí para se verificar o manifesto caráter protelatório dos embargos de declaração, necessária a identificação de evidente abuso praticado pela parte, abuso este não caracterizado no feito.

Nesse sentido, destaco julgado do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"Os embargos declaratórios devem ser encarados como instrumento de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. A multa cominada no art. 538, parágrafo único, do CPC reserva-se a hipóteses em que se faz evidente o abuso" (RSTJ 30/378).

343

Por essas razões, conheço do recurso para expurgar da sentença a multa aplicada a título de oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios. 069

É como voto.

Recife,

26.11.09
for. a 83 car.